

CADERNO DE ENCARGOS

DO PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA para a “Aquisição de sinalética e equipamentos com imagem “Mercados e Produtos de Qualidade Sicó”

(alínea c) do n.º 1 do art. 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual)



CLAUSULAS JURIDICAS

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de sinalética e equipamentos com imagem identitária dos “Mercados e Produtos Qualidade Sicó”**, respeitando o branding e identidade visual estabelecida pela Terras de Sicó para a rede de Mercados, contribuindo assim para o reforço da marca e o reconhecimento do território e dos seus produtos, permitindo também a aquisição de equipamentos para estruturar um espaço de promoção/comercialização da fileira agro “Qualidade Sicó” de apoio aos produtores para o consumidor final.

Cláusula 2.ª

Local da Entrega dos Bens

Os bens deverão ser entregues e instalados no Mercado Municipal de Penela.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução

1. O prazo para o fornecimento dos bens objeto do presente procedimento é de 30 (trinta) dias a contar da outorga do contrato.
2. O contrato mantém-se em vigor até ao final da referida prestação de serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Clausula 4.ª

Proposta

A proposta deve ser submetida com os seguintes elementos:

- a) Proposta de preço, em conformidade com as cláusulas técnicas ao presente caderno de encargos;
- b) Mapa de quantidades;
- c) A taxa de Iva aplicável;



- d) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços/fornecimento proposto;

2 – A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;
- b) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte direta ou indiretamente das peças do procedimento;

Cláusula 5.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de Encargos;
 - c) O Presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 6.ª

Gestor do contrato

1. A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.



Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições Gerais

Cláusula 7.ª

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - Entregar e instalar os bens objeto do contrato nas instalações do Mercado Municipal de Penela, cumprindo integralmente o indicado nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos;
 - Disponibilizar, simultaneamente com a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles;
 - Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega e instalação do objeto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
 - Proceder à reparação de erros ou deficiências dos bens fornecidos.
2. O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante decorrentes de quaisquer erros ou omissões na entrega dos bens.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local da entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 8.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.



2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que regula os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 9.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Penela, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas.

Secção II

Obrigações do Município de Penela

Cláusula 10.ª

Preço contratual

1. Pela execução, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Penela deve pagar ao adjudicatário o valor máximo de € 16.260,00 (dezassex mil duzentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 11.ª



Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Penela, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) após a receção da respetiva fatura pelo Município de Penela.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a entrega dos bens.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Penela, quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no nº 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Penela pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante afixar em função da gravidade do incumprimento das datas da prestação de serviços.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Penela pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor da adjudicação.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Penela tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Penela pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Penela exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Penela pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na execução do contrato.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Penela.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do adjudicatário



1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 10% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Penela, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 16.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 17.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 18.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual



A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Penela, 09 de junho de 2022

O Presidente da Câmara,

(Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos)



CLAUSULAS TÉCNICAS

No âmbito de uma candidatura do Município à Operação “10.2.1.4.” Cadeias Curtas e Mercados Locais, cuja medida é gerida pelos Grupos de Ação Local (GAL) e que pretende dinamizar a criação de circuitos curtos/cadeias curtas de distribuição/comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação referentes a áreas de proteção da natureza, entendeu este Município proceder à modernização e valorização das infraestruturas já existentes do Mercado de Penela, uma vez que é um mercado que promove as vendas de proximidade à escala do concelho, mas também à escala do território de intervenção do GAL Terras de Sicó (concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure) uma vez que integra a “Rede de Mercados de Sicó”.

Com esta ação pretende-se:

- Promover o contacto direto entre o produtor e o consumidor;
- Contribuir para o escoamento da produção local, preservação dos produtos e especialidades locais, diminuição do desperdício alimentar e melhoria da dieta alimentar através do acesso a produtos da época, frescos e de qualidade;
- Fomentar a confiança entre o produtor e o consumidor;

Esta intervenção implica, além da concretização de empreitada de beneficiação e adaptação do mercado (já em execução) a aquisição de sinalética com imagem identitária dos “Mercados e Produtos Qualidade Sicó”, respeitando o branding e identidade visual estabelecida pela Terras de Sicó para a rede de Mercados, contribuindo assim para o reforço da marca e o reconhecimento do território e dos seus produtos e, permitindo também a aquisição de equipamentos para estruturar um espaço de promoção/comercialização da fileira agro “qualidade Sicó” de apoio aos produtores para o consumidor final.

Mais especificamente, neste procedimento, pretende-se o fornecimento dos seguintes elementos, conforme ilustrações constantes do Anexo I:

- Adequação projeto gráfico, maquetas e acompanhamento à produção de decoração e montagem do espaço “Mercados de Sicó”;
- Produção de Caixa de Luz com 2,5 x 1,5 mts com estrutura em alumínio e iluminação led com frente em tela tensionada e impressão UV;



- Decoração de montras a vinil autocolante polimérico HEXIS.PRINT Impressão em alta qualidade com tintas ECO-solventes, com laminação transparente (mate ou brilhante), corte simples, composto por montra com 6 x 2,50 mts;
- Decoração e montagem de Ponto de Venda com 18 m2, constituído por: decoração de parede “Id e Mapa” com 3 mts de altura, em acrílico 10mm + corte especial a laser + acabamento lacado na cor preto mate + fita bi-adesiva no verso + mapa em placa PVC 8mm Expandido + vinil monomérico G2M LM (branco mate c/ laminação mate) + impressão digital BS HQ + corte especial CNC + afastadores ocultos entre cada Concelho + iluminação com fita de led oculta no verso;
- parede expositora com 1,8 x 2,5 mts com pilares de metal e prateleiras em madeira;
- balcão de apoio com 2 x 0,4 x 0,9 mts, com prateleiras e portas em MDF top face orlado;
- Iluminação com 7 projetores Led de 30 W com braço de 700 mm;
- audiovisuais constituído por SmartTV de 50"
- vitrine refrigerada 2 unidades L 0,59 x P 0,645 (+0,40) x A 1,820 mts 280 Lt com 5 prateleiras;
- porta folhetos, com 1,2 mts (altura) x 0,25 mts (largura) construído em ACM 3mm branco com corte especial CNC e quinagem (ângulo a definir) + pé de encosto em alumínio lacado branco com bi-adesivo 3M + 2 porta folhetos no formato A5 em acrílico + decoração em vinil monomérico G2M com impressão digital UV HQ Mate.

NOTA: Qualquer referência a marcas e modelos deve ser considerada como meramente exemplificativa, sendo admitido produto ou bem do tipo ou equivalente.

